

International Development

Summer Course



FUNDAÇÃO
CALOUSTE GULBENKIAN

15-17 june 2021
3rd edition

RESUMO GERAL DO EVENTO

Sumário das Reflexões

Tiago de Matos Fernandes

Lisboa, julho de 2021

O conteúdo deste documento é da responsabilidade dos intervenientes no IDSC e em nenhum caso pode considerar-se como refletindo o ponto de vista dos organizadores do evento.

Índice

Contexto

4

Sessão 1 | Repensar a Cooperação para o Desenvolvimento num mundo pós-pandémico

6

Sessão 2 | Construir parcerias genuínas e legítimas

9

Sessão 3 | Paradigma da globalização liberal em perspectiva: Democracia e Economia

13

Sessão 4 | Financiamento para o desenvolvimento: novas tendências num “mundo multiplexo”

16

Sessão 5 | Justiça Comercial e Desenvolvimento: produção e consumo sustentáveis

20

Sessão 6 | Esfera Pública e Espaço Cívico

22

Conclusões gerais

25

Contexto

Nos passados dias 15, 16 e 17 de junho de 2021, decorreu a III Edição do Curso de Verão de Desenvolvimento Internacional, subordinado ao tema “Desafiando o futuro do Desenvolvimento Global”. À semelhança das anteriores edições, o curso foi organizado pela Fundação Calouste Gulbenkian, pela Plataforma Portuguesa das ONGD e pelo Centro de Estudos sobre África e Desenvolvimento do Instituto Superior de Economia e Gestão da Universidade de Lisboa (CEsA/ISEG). O curso, organizado em torno de seis mesas-redondas (e correspondentes painéis temáticos), foi ministrado através de uma plataforma digital online (com interpretação simultânea para português e inglês), devido à situação de pandemia COVID-19.

Enquanto evento focado na construção do conhecimento, do pensamento crítico e da procura de respostas para questões e problemas de um mundo interdependente, o Curso de Verão de Desenvolvimento Internacional tem vindo a promover, desde a sua primeira edição, o reforço do conhecimento sobre as tendências e desafios do Desenvolvimento Global a todos os intervenientes que nele participam.

Num contexto cada vez mais complexo da Cooperação Internacional para o Desenvolvimento, visões centradas em categorias e atores tradicionais, ou nas relações de poder que emanam da divisão entre “países ricos do Norte” e “países pobres do Sul”, estão a tornar-se obsoletas e inadequadas na criação de um novo mundo que “não deixa ninguém para trás”. Num momento histórico em que uma pandemia global afeta a maneira como as pessoas se conectam, a maneira como sonham com um mundo melhor, é crucial encontrar novos tipos de financiamento para o desenvolvimento além da Ajuda Pública ao Desenvolvimento, novas regula-

mentações globais e novas formas de disseminar o conhecimento. Assim, competências como a resiliência e a adaptabilidade são cada vez mais solicitadas para permitir a conceção e a implementação de abordagens inovadoras capazes de lidar com os atuais desafios sociais, económicos, culturais e políticos.

A III Edição do Curso de Verão de Desenvolvimento Internacional, levando em consideração a complexidade dos desafios que se colocam à Cooperação Internacional para o Desenvolvimento, acima expostos de forma resumida, contou com a presença de pensadores e profissionais de desenvolvimento de referência nacional e internacional, e foi organizado em torno dos seguintes temas: Repensar a Cooperação para o Desenvolvimento num mundo pós-pandémico; Construir parcerias genuínas e legítimas; Paradigma da globalização liberal em perspetiva: Democracia e economia; Financiamento para o desenvolvimento: novas tendências num “mundo multiplexo”; Justiça Comercial e

Desenvolvimento: produção e consumo sustentáveis; e Esfera Pública e Espaço Cívico.

Todos os painéis contaram com a facilitação de um moderador. O conjunto das sessões foi apresentado por um moderador geral (Tiago de Matos Fernandes), a quem competiu fazer a abertura e o resumo final de cada sessão, bem como a ligação temática entre as mesmas.

A sessão de abertura foi levada a cabo por Maria Hermínia Cabral, Diretora do Programa Parcerias para o Desenvolvimento da Fundação Calouste Gulbenkian, Ana Patrícia Fonseca, Presidente da Plataforma Portuguesa das ONGD e Luís Mah, Investigador do CEsA - Centro de Estudos sobre África e Desenvolvimento do Instituto Superior de Economia e Gestão da Universidade de Lisboa.

O presente documento tem como objetivo resumir e apresentar as conclusões gerais alcançadas em cada painel, bem como as conclusões gerais finais do Curso de Verão.

Sessão 1

Repensar a Cooperação para o Desenvolvimento num mundo pós-pandémico

A sessão teve como objetivo formular algumas pistas destinadas a responder à seguinte questão fundamental: a pandemia irá marcar um ponto de viragem nas dinâmicas globais e nas políticas de desenvolvimento, ou servirá apenas para reforçar as tendências geopolíticas da última década? O objetivo foi o de aferir se existe uma

porta aberta para reformar os sistemas internacionais e visar a maioria dos desafios atuais mais urgentes, como as mudanças climáticas e as desigualdades. A reflexão seguiu uma abordagem holística, olhando particularmente para as necessidades dos grupos mais vulneráveis, as consequências da pandemia COVID-19 e onexo humanitário-desenvolvimento-paz.

A sessão foi moderada por Cristina Peres, jornalista do EXPRESSO, e contou com a participação de Michele Cervone d’Urso (Diretor da Coordenação da Cooperação para o Desenvolvimento no Serviço Europeu de Ação Externa), Sara Pantuliano, Diretora Executiva na ODI (“Overseas Development Institute”) e Jonathan Glennie (investigador e autor de livros sobre Desenvolvimento Sustentável, Desigualdade e Pobreza).

As principais conclusões resultantes desta sessão foram as seguintes:

a) A pandemia não é necessariamente uma oportunidade para reformar os sistemas internacionais e visar a maioria dos desafios atuais mais urgentes – essa necessidade já se

verificava antes, até porque a estrutura formal do Desenvolvimento já se encontrava em situação de crise e era objeto de análise e debate (Sara Pantuliano);

b) Uma das lições a reter da pandemia resulta do facto de se ter verificado a capacidade de a comunidade internacional alcançar resultados para desafios ambiciosos (p.ex. alterações climáticas) se agir de forma coordenada (veja-se a este respeito o exemplo da descoberta, produção e distribuição da vacina para o coronavírus);

c) No presente momento, mais do que a Ajuda Pública ao Desenvolvimento, os países parceiros deverão engajar-se em abordagens focadas em direitos humanos. Para este efeito, é fundamental adotar uma estratégia de desenvolvimento “bottom up”, assente nas preocupações da sociedade civil, das organizações sindicais e das organizações de direitos humanos (Sara Pantuliano);

d) A pandemia acelerou o debate em torno das novas abordagens ao desenvolvimento, e que vão além das visões mais tradicionais “Norte-Sul” e dos sistemas multilaterais de Ajuda

Pública ao Desenvolvimento;

e) A este respeito, a União Europeia vem redirecionando o enfoque da Ajuda Pública ao Desenvolvimento para os países de renda média, em particular no continente africano (e não tanto nos países menos avançados); por outro lado, decidiu orientar as suas políticas para uma lógica de parceria com os países beneficiários, em vez de uma lógica de país doador-país recetor (daí que, sintomaticamente, a Direção-Geral de Desenvolvimento e Cooperação tenha alterado o seu nome para Direção-Geral das Parcerias Internacionais);

f) A União Europeia, reconhecendo a complexidade multidimensional do Desenvolvimento, pretende evoluir de uma lógica de abordagem setorial ao Desenvolvimento para uma abordagem holística, que integre as dimensões da transformação digital e da agenda verde (Michele Cervone d’Urso);

g) Independentemente das novas abordagens, a União Europeia pretende prosseguir a sua intervenção no domínio da promoção do Desenvolvimento Humano;

h) Embora se tenham vindo a

registar alguns progressos, designadamente ao nível da igualdade do género, do combate ao racismo, dos direitos sociais e até da esperança média de vida à escala regional e mundial (para o que muito têm contribuído os avanços tecnológicos), as desigualdades sociais existem porque inexistente vontade política de mudança (veja-se o exemplo do acesso desigual às vacinas), já que essa mudança representa, aos olhos das classes e países dominantes, um prejuízo para os seus interesses (Jonathan Glennie);

i) A perpetuação da “poverty trap” (a situação daqueles que não conseguem fugir à sua situação de pobreza) é intencional e organizada de acordo com os interesses dos países dominantes (Jonathan Glennie);

j) A defesa desses interesses assenta, ainda hoje, no sistema monetário e financeiro mundial que teve origem na Conferência de Bretton Woods, nos quais a voz de muitos países, que então ainda nem sequer eram independentes, não estavam representadas. Consequentemente, afigura-se necessário refundar o sistema, com a participação de todos os países, assim

se mitigando o peso e a influência das grandes superpotências, como os EUA e a China, na governança mundial (Jonathan Glennie);

k) Sara Pantuliano discordou de Jonathan Glennie quando este veio dizer que a obrigação, internacionalmente sufragada pelos países doadores, de contribuição para a Ajuda Pública ao Desenvolvimento através de contribuições financeiras correspondentes a um limite mínimo de 0,7% do PIB, não era suficiente face às necessidades existentes, alegando que o debate em torno do “quanto devemos contribuir” tem evitado o enfoque, ainda mais importante, no “como devemos ajudar” e ser mais eficazes;

l) Os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável são um importante instrumento do internacionalismo e do multilateralismo, devendo ser esse o caminho a prosseguir; para que tal aconteça, as lideranças das organizações multilaterais têm de responder devidamente às exigências dos financiadores;

m) A Cooperação internacional deverá assentar numa lógica de “alianças orientadas por objetivos”

(Sara Pantuliano) e “parcerias entre iguais”;

n) O desafio das “parcerias entre iguais” resulta do facto de, na sua origem, não haver uma verdadeira relação de igualdade entre as partes (Jonathan Glennie deu o exemplo da falsa relação de parceria entre a China e a Zâmbia);

o) Por essa razão, Jonathan Glennie considera que se deve assumir essa relação de desigualdade e responsabilizar os países doadores, no modo como implementam as suas políticas de desenvolvimento, através dos instrumentos de eficiência e eficácia da Ajuda Pública ao Desenvolvimento saídos da Cimeira de Paris (Declaração de Paris sobre a Eficácia da Ajuda, 2005).

Sessão 2

Construir parcerias genuínas e legítimas

A sessão teve como objetivo analisar a forma como as mudanças rápidas e significativas na arena global estão a reformular as relações internacionais e como os atores globais emergentes estão a questionar as abordagens tradicionais para com os países em desenvolvimento. Para o efeito afigura-se importante refletir sobre a questão do poder e dos desequilíbrios do poder dentro das parcerias. Olhando em particular para a Parceria UE-África, e o fim do Acordo de Cotonou, a UE tem a oportunidade de redefinir os

alicerces da sua parceria e fazer disso um exemplo estratégico para garantir um futuro mais próspero, pacífico e sustentável para todos os parceiros. A discussão serviu igualmente para discutir o papel da sociedade civil no desenvolvimento de parcerias transformacionais, designadamente junto do setor privado com fins lucrativos.

A sessão foi moderada por Bárbara Reis, jornalista do PÚBLICO, e contou com a participação de Carlos Zorrinho, membro da Delegação do Parlamento Europeu junto da Assembleia Parlamentar Conjunta ACP-UE, Paul Horrocks, Diretor da Unidade de Financiamento Privado para o Desenvolvimento Sustentável da OCDE e Nana Asantewa Afadzinu, Diretora Executiva do Instituto da Sociedade Civil da África Ocidental.

As principais conclusões resultantes desta sessão foram as seguintes:

- a) As parcerias genuínas devem orientar-se por princípios;
- b) Segundo Nana Asantewa Afadzinu, esses princípios são a existência de um objetivo comum, o

trabalho conjunto, o respeito mútuo, a valorização das contribuições de cada parte, a interdependência, a existência de benefícios mútuos e a partilha de valores;

c) Paul Horrocks acrescentou a existência de uma relação de equidade, a participação das partes envolvidas nos processos de desenvolvimento e a apropriação dos resultados pelos países parceiros (“ownership”);

d) Um dos fatores que vem prejudicando as relações de parceria genuínas reside no facto de o “Sul Global” estar ainda muito dependente do “Norte Global”, cujos representantes ainda assumem uma atitude muito paternalista no modo como gerem a Cooperação Internacional para o Desenvolvimento (Nana Asantewa Afadzinu);

e) Para mitigar a situação de dependência, é importante promover a criação de sinergias positivas na relação entre as partes, assente na interdependência (o segredo da paz da União Europeia nos últimos 60 anos, segundo Carlos Zorrinho) e na partilha de valores;

f) O Estado deve assumir um papel soberano e de regulador do papel exercido pela sociedade civil e pelo setor privado na promoção do Desenvolvimento;

g) A legitimidade da ação externa da União Europeia assenta no seu quadro de valores (em contraposição com os EUA, a China e a Rússia, cujas relações assentam, respetivamente, na opinião de Carlos Zorrinho, nos interesses comerciais, na criação de situações de dependência financeira e nas armas);

h) Nana Asantewa Afadzinu contestou a visão otimista de Carlos Zorrinho em torno da criação de sinergias positivas na relação entre as partes, uma vez que persiste uma relação neocolonial entre as partes, além de outros desafios, como o racismo estrutural;

i) Em alternativa, e segundo Nana Asantewa Afadzinu, o “Norte Global” e o “Sul Global” deverão cocriar os processos de desenvolvimento, tornando-os assim responsáveis pelos resultados dos programas e projetos de Desenvolvimento, e a sua relação tem de ser mais transfor-

macional e menos transaccional, caso contrário as parcerias continuarão a não ser traduzidas em resultados concretos;

j) As parcerias Sul-Sul são importantes, mas ainda não foram suficientemente trabalhadas (por exemplo, o comércio entre os países africanos ainda representa apenas 12% do total do comércio do continente, enquanto os fluxos comerciais com os países do Ocidente superam os 50%);

k) De resto, os empreendedores africanos devem investir no seu próprio continente e aqui reinvestir os seus proveitos, em vez de os transferir para o exterior;

l) Carlos Zorrinho focou a necessidade de serem adotadas boas práticas destinadas a fortalecer as relações de parceria, como por exemplo a execução de políticas, programas e projetos de desenvolvimento orientados por resultados (em contracorrente com o excessivo enfoque no peso dado ao volume das contribuições financeiras dos países doadores para a APD), ou a aposta na participação da sociedade civil

nos processos de decisão política (tendo destacado o papel do Fórum das Mulheres e Jovens no contexto da Assembleia Parlamentar ACP-UE e, em geral, a importância de a sociedade civil se organizar para esse efeito);

m) Paul Horrocks sublinhou a importância da transformação digital do setor público e do setor privado como instrumento destinado a fortalecer a resiliência da administração pública e das organizações da sociedade civil aos desafios causados pela pandemia;

n) Adicionalmente, os oradores reforçaram a importância do fortalecimento das lideranças (da sociedade civil e do setor privado) nos países parceiros, designadamente como instrumentos de vigilância dos atores políticos, e de combate a fenómenos transversais como a corrupção e o autoritarismo;

o) Em geral, as parcerias entre as partes devem ser analisadas à luz dos modelos políticos e económicos adotados pelos países parceiros, colocando-se a questão legítima de saber se a promoção do crescimento

económico e do desenvolvimento está necessariamente associada à adoção de sistemas democráticos assentes no paradigma da economia liberal, ou se, pelo contrário, os sistemas autoritários (economicamente liberais ou não) podem igualmente ser vistos como catalisadores desse crescimento e Desenvolvimento (como é, por exemplo, o caso da China, do Ruanda e da Etiópia).

Sessão 3 Paradigma da globalização liberal em perspetiva: Democracia e economia

Durante a sessão, os oradores convidados discutiram as implicações do modelo de governança global baseado na conexão entre o liberalismo económico e a democracia, os quais vêm sendo dominantes desde o fim da guerra fria. Discutiu-se igualmente o papel da sociedade civil no contexto do sistema económico neoliberal, refletindo

criticamente sobre as suas implicações e propondo formas alternativas alinhadas com as suas preocupações tradicionais – o princípio de “não deixar ninguém para trás” e as abordagens baseadas no respeito pelos direitos humanos, entre outras.

A sessão foi moderada por Paulo Agostinho, jornalista da Agência LUSA, e contou com a participação de João Rodrigues, Professor na Faculdade de Economia da Universidade de Coimbra, Idayat Hassan, Diretora do Centro para a Democracia e Desenvolvimento (Abuja, Nigéria), e Philani Mthembu, Diretor Executivo do Instituto para o Diálogo Global (Pretória, África do Sul).

As principais conclusões resultantes desta sessão foram as seguintes:

a) Segundo João Rodrigues, as democracias ocidentais têm uma história muito recente, com as atuais características, designadamente com os freios e contrapesos destinados a limitar os “excessos” do modelo capitalista, os quais se podem organizar em três eixos: i)

os movimentos sociais (designadamente os movimentos sindicais e de apoio ao sufrágio universal, e os partidos políticos de massa); ii) o sistema internacional bipolar (através da tensão gerada pela oposição do modelo socialista ao modelo capitalista); e iii) a incompatibilidade do modelo democrático com os sistemas imperiais;

b) Estes freios e contrapesos perderam alguma da sua importância com a globalização e a queda do muro de Berlim, já que o sistema internacional bipolar chegou ao fim, o que por sua vez facilitou o aparecimento de democracias mais frágeis e oligárquicas;

c) Estes modelos democráticos são frágeis e devem ser objeto de melhoria, não estando os países do hemisfério norte na posição de poder dar “lições de democracia” aos países do hemisfério sul;

d) Por outro lado, os países do hemisfério sul não participaram nas negociações que deram origem ao Consenso de Washington, o qual enformou o modelo político e económico de referência no mundo ocidental;

e) Philani Mthembu recentrou o debate através da visão do Sul: segundo ele, a luta pela democracia não é um fenómeno exclusivo do “hemisfério norte” e não resulta necessariamente da importação de modelos políticos estranhos aos países do “hemisfério sul”;

f) A luta pela democracia é a luta do dia a dia das sociedades civis pela participação e apropriação dos sistemas políticos, muitas vezes capturado pelas elites locais, cúmplices de interesses económicos de países do Ocidente;

g) Por exemplo, e apesar de todos os desafios, o sistema político em vigor na África do Sul foi uma conquista da sociedade civil sul-africana, não tendo sido imposto pelos países do Ocidente;

h) As necessidades básicas das populações têm de ser garantidas e preceder a definição do modelo político que rege as sociedades (ideia sintetizada na frase coloquial “We cannot eat Democracy”, comumente utilizada na África do Sul, em referência à importância de assegurar as condições mínimas de

vida das populações, independentemente do modelo político que venha a ser adotado);

i) Em geral, os oradores sublinharam a importância de a sociedade civil vigiar o comportamento das lideranças políticas (ocidentais e africanas), das instituições transnacionais e das empresas multinacionais, no que diz respeito ao combate aos fluxos financeiros ilícitos e à corrupção, sem prejuízo de considerarem que, em alguns casos, as lideranças políticas fortes poderem ser mais eficazes para alcançar resultados nestas matérias, na condição de o papel de “vigilante” da sociedade civil ficar assegurado;

j) A este respeito, Idayat Hassan sublinhou, em particular, a importância da participação da sociedade civil na esfera pública, através do acesso livre às redes sociais, o que não pode nem deve ser limitado;

k) O debate sobre o paradigma dos modelos políticos e económicos mais adequados à defesa do princípio de “não deixar ninguém para

trás” e das abordagens baseadas no respeito pelos direitos humanos prende-se essencialmente com o papel e peso dos Estados e do setor público relativamente às organizações da sociedade civil e aos agentes económicos privados (e também, consequentemente, ao modo como estes podem ou não ser agentes promotores do desenvolvimento).

Sessão 4

Financiamento para o desenvolvimento: novas tendências num “mundo multiplexo”

A sessão partiu da premissa de que, para compreender as novas modalidades e fontes de financiamento a ajuda externa, é importante olhar para os pressupostos essenciais que estão na base dos instrumentos de “blending”, e como os mesmos estão a moldar o setor de desenvolvimento. Levou-se igualmente em consideração o desafio que a dívida

soberana representa ao nível do desenvolvimento económico, da coesão social e dos direitos humanos, além das novas tendências relacionadas com a justiça tributária.

A sessão foi moderada por Paulo Ferreira, jornalista do OBSERVADOR, e contou com a participação de Bruno Wenn, Presidente da “European Development Finance Institutions, ASBL”, Jason Rosario Braganza, Diretor Executivo da “African Forum and Network on Debt and Development” (AFRODAD) e Elsa de Moraes Sarmiento, Investigadora na “Nova Business School of Management and Economics”.

As principais conclusões resultantes desta sessão foram as seguintes:

a) O financiamento da ajuda externa com recurso a fontes de financiamento privada já existe há algum tempo, adotando várias modalidades, incluindo os “blending mechanisms”;

b) No entanto, Bruno Wenn entende que o papel do setor privado não é o de financiar a ajuda

externa, mas sim o de promover o crescimento e emprego;

c) De resto, o objetivo do setor privado não é o de maximizar o seu lucro, desde logo porque esse objetivo estaria limitado pela ação dos governos, mas também porque as empresas se encontram obrigadas a cumprir regras de natureza social, laboral e ambiental, entre outras;

d) Para que seja possível utilizar instrumentos inovadores de financiamento na ajuda, é necessário garantir que o setor público é forte e bem organizado, que o setor privado se encontra melhor preparado do que o setor público para justificar o seu investimento e gestão de bens públicos essenciais (por exemplo, os hospitais), e que se encontra assegurado o papel da sociedade civil como “vigilante” da atuação dos setores público (na definição das políticas públicas) e privado (na eventual participação na execução dessas políticas, p.ex. através de parcerias público-privadas);

e) Para Jason Rosario Braganza, há poucos atores influentes nos modelos de financiamento do desenvol-

vimento, e muitos deles são grandes organizações multinacionais;

f) Nos últimos 20 anos, as decisões de financiamento do desenvolvimento são orientadas em torno de uma decisão estratégica fundamental: a opção entre o financiamento numa lógica de “return on investment” (ou seja, numa ótica de retorno estritamente financeiro) versus “return on development” (no qual se avalia se o investimento conduziu a alguma espécie de transformação estrutural, se os cidadãos beneficiam do investimento através de criação de emprego ou da melhoria de acesso aos serviços, ou se o governo beneficia do investimento através da coleta de impostos);

g) Os cidadãos têm perdido a possibilidade de participar nessas decisões estratégicas, acabando os governos por adotar medidas que privilegiam os projetos numa lógica de “return on investment”;

h) Há também muitos atores não tradicionais (China, Índia, Brasil, países do Golfo) que têm tido um papel muito importante no investimento, e cujas metodologias

de intervenção “desalinhadas” (muitas vezes sem atender a considerações básicas como a defesa do ambiente ou do emprego) é preciso considerar;

i) Tem-se assistido a uma mudança gradual nas modalidades de Ajuda Pública do Desenvolvimento, desde as formas mais tradicionais de ajuda, através de subvenções (não sujeitas ao pagamento de juros sobre empréstimos), até empréstimos concessãois e mesmo não concessãois, ou mesmo outras modalidades de financiamento mais complexas (“blended mechanisms”);

j) É necessário aprofundar o debate sobre o objetivo dos investimentos realizados ao abrigo destas modalidades de financiamento: destinam-se a promover o retorno financeiro *tout court*, ou a alcançar objetivos de desenvolvimento de interesse dos países parceiros?;

k) Um dos maiores fatores de endividamento da África subsaariana reside nas parcerias público-privadas; por exemplo, as maiores infraestruturas construídas com ajuda internacional implicam a criação

de uma série de taxas de utilização (p.ex. portagens), que acabam por ser suportadas pelos cidadãos;

l) Elsa Morais Sarmiento fez referência aos chamados “Integrated National Financing Frameworks”, ferramentas destinadas a estabelecer um enquadramento para o financiamento de programas alinhados com as propriedades nacionais de desenvolvimento sustentável;

m) Estas ferramentas permitem orientar um feixe de investimentos financeiros e não financeiros, internacionais e domésticos, nos setores público e privado, de forma transparente, de modo a serem priorizadas as ações destinadas a assegurar um impacto de natureza social e ambiental nos países (“Impact Investment”), de acordo com uma metodologia rigorosa, orientada para o princípio da apropriação dos resultados pelos países parceiros;

n) Segundo Bruno Wenn, existe uma grande experiência na execução de projetos social e ambientalmente responsáveis, devendo os países parceiros intervir mais ativamente

no desenho dos projetos de investimento e, sempre que possível, cofinanciar também tais projetos (por exemplo, os Fundos de Pensões poderão facilitar a contração de obrigações destinadas a financiar grandes projetos de investimento em infraestruturas);

o) Jason Braganza diz que é necessário regular o modo como o setor privado promove o desenvolvimento nos países parceiros, independentemente de ser ou não orientado pelo lucro;

p) Todos concordam que, enquanto os países da OCDE, onde se situam a maior parte dos paraísos fiscais, não tomarem a iniciativa de promover medidas destinadas a prevenir e punir a evasão fiscal das empresas, os países parceiros continuarão a não beneficiar da maior parte do retorno do financiamento (no mesmo sentido, veja-se a utilização criativa de soluções legais destinadas a garantir que o retorno fiscal do investimento não fique nos países parceiros – o chamado “Treaty Shopping”);

q) Do mesmo modo, muitas empresas dos países que sufragaram regras essenciais da Organização Internacional do Trabalho acabam por não as aplicar;

r) A sociedade civil tem um papel essencial destinado a assegurar que os referidos desvios e violações dos acordos internacionais (fiscais, laborais, ambientais, comerciais, etc) não se verificam;

s) É ainda necessário incluir “safeguard clauses” nos acordos de empréstimos negociados com os doadores internacionais, destinadas a ajudar os países a renegociar a dívida externa, em caso de crise.

Sessão 5 Justiça Comercial e Desenvolvimento: produção e consumo sustentáveis

As políticas públicas internacionais para o comércio e finanças são essenciais para assegurar a eficácia dos processos de desenvolvimento e, embora englobem questões muito diversas e complexas (desde as práticas e regras comerciais à desigualdade de rendimentos, passando pelo financiamento do desenvolvimento até à justiça fiscal), afigura-se fundamental assegurar

o seu alinhamento e coerência integral com o desenvolvimento sustentável. Durante a sessão, os oradores partilharam com a audiência a sua perspetiva e análise dos principais desafios e (in)coerências da interconexão entre a justiça comercial e o desenvolvimento.

A sessão foi moderada por Giuseppe Cioffo, Diretor de Regulação Empresarial e de Indústrias Extrativas na CIDSE, e contou com a participação de Virginia Enssle, Junior Advocacy Officer na “Fair Trade Advocacy Office” (FTAO) e de João José Fernandes, Diretor Executivo da OIKOS.

As principais conclusões resultantes desta sessão foram as seguintes:

a) O comércio internacional é um dos motores da globalização; é uma ferramenta de crescimento económico, mas que também pode potenciar a desigualdade, uma vez que, atrás dos produtos que adquirimos, há um conjunto de pessoas, frequentemente sujeitas a regimes de exploração e violação de direitos humanos e sociais, que os produzem (Giuseppe Cioffo);

b) Têm vindo a ser criadas algumas políticas destinadas a regular e mitigar os efeitos negativos provocados pelas cadeias de produção (veja-se a “Lei sobre a ética nas cadeias de produção”, recentemente publicada na Alemanha);

c) Segundo João José Fernandes e Virginia Enssle, as políticas de promoção e desenvolvimento do comércio devem realizar-se no seguimento da execução de programas e projetos de ajuda (veja-se por exemplo, as exigências introduzidas pela agenda verde da União Europeia – antes de serem postas em prática, afigura-se necessário apoiar os produtores, através de ações de capacitação e tecnologia, nessa transição para as novas exigências);

d) No entanto, e em geral, o comércio é mais eficaz a reduzir a dependência dos países do “Sul Global”, quando comparado com a ajuda externa (embora o comércio, considerado de forma isolada, não seja suficiente);

e) João José Fernandes defendeu a tese de que, ao invés da celebração de acordos bilaterais de comércio, convém dar prioridade à via do

multilateralismo (40% do comércio da União Europeia ainda assenta em acordos bilaterais), e para esse efeito é necessário reformar a Organização Mundial do Comércio;

f) Com efeito, os acordos bilaterais impõem enormes exigências regulamentares e outros sobre o “Sul Global” (embora o inverso já não seja verdade);

g) O comércio fortalece a interdependência e a paz (veja-se o caso de Angola), mas também potencia a captura das elites nacionais, nos processos de procura de matérias-primas (p.ex. lítio, cobalto, etc) nos países do “Sul Global”;

h) A ajuda internacional pode apoiar os produtores na adaptação às exigências regulamentares e sanitárias impostas nas entradas dos produtos no espaço da União Europeia;

i) No entanto, também é necessário seguir abordagens “bottom up”, de mudança dos hábitos de consumo;

j) O processo de alinhamento entre comércio e alterações climáticas terá de levar em consideração três tendências/políticas fundamentais: a

neutralidade carbónica, a economia circular e a digitalização da economia;

k) Este vai ser um processo duro, onde vai haver perdedores e vencedores, e que vai implicar apoio financeiro para mitigação dos custos desta transição;

l) A economia social e os negócios inclusivos deverão ser usados como exemplos de boas práticas à escala internacional;

m) O Parlamento Europeu deverá monitorizar a execução dos acordos de parceria económica, mas também permitir a sua revisão, designadamente em casos excecionais e situações de crise;

n) O protecionismo pode ser usado em casos excecionais para proteger pequenos negócios e pequenos produtores, bem como assegurar necessidades básicas;

o) A sociedade civil (organizações de comércio justo, de pequenos produtores, etc) tem de participar nas negociações, antes, durante e depois das negociações dos acordos de comércio, até para poder monitorizar a sua execução.

Sessão 6 Esfera Pública e Espaço Cívico

A sessão teve como objetivo discutir a importância da revitalização do espaço público, promovendo um ambiente mais plural, onde mais atores interagem e participam. Face à crise da democracia liberal, a sociedade civil enfrenta desafios relacionados com a redução do “espaço cívico”, entendido como o espaço público que constitui habitualmente a esfera de ação democrática da sociedade civil. Entre outras, podem mencionar-se as limitações à liberdade de expressão, agravadas pelas restrições impostas pela pandemia COVID-19, particularmente agravadas no contexto de Estados repressivos.

Paralelamente, tem-se assistido, nos últimos anos, a vários episódios de resistência e manifestações contra o *status quo* atual, nos quais cidadãos e movimentos sociais foram os atores principais. A sessão também serviu para refletir sobre o papel da digitalização na mobilização e limitação do espaço público.

A sessão foi moderada por Ana Filipa Oliveira, membro da Direção da ACEP – Associação para a Cooperação entre os Povos/Mundo Crítico e contou com a participação de Mouna Ben Garga, Innovation Lead na “CIVICUS: World Alliance for Citizen Participation”, Iara Pietricovsky, Co-Diretora na ABONG e do INESC e Presidente da Forus (Brasil), e Átila Roque, Diretor do escritório de representação da Fundação Ford no Brasil.

As principais conclusões resultantes desta sessão foram as seguintes:

a) O último Relatório sobre o Estado da Sociedade Civil elaborado pela CIVICUS procede a uma análise profunda dos últimos 10 anos

(2010-2020), e aponta para grandes tendências, como a repressão sustentada do espaço cívico, a fragilidade das democracias, a exclusão estrutural que limita os direitos e oportunidades de muitas pessoas, mas também a massificação dos protestos de massa (muitas vezes realizados de forma espontânea e atomizada) em torno de temas como as alterações climáticas e os direitos das minorias, num processo disruptivo de mudança no modo como a sociedade civil se organiza e intervém (Mouna Ben Garga);

b) As ferramentas digitais têm sido utilizadas de forma muito hábil pelos movimentos populistas e autoritários – a sociedade civil também tem de aprender a fazer uso eficiente das redes sociais (Iara Pietricovsky);

c) Átila Roque recordou que o debate em torno da esfera pública e do espaço cívico atravessou três fases fundamentais: a década de 1990, quando foram realizadas várias conferências internacionais sob a égide das Nações Unidas, nas quais se assistiu ao debate em torno da construção dos territórios de intervenção da sociedade civil, e que

culminou na organização do Fórum Social Mundial (2000-2001); o 11 de setembro de 2001, o qual justificou depois o avanço de intervenções belicistas (p. ex. guerra do Iraque), ao arrepio das teses multilateralistas, justificadas pela guerra ao terror e pondo em perigo alguns direitos e liberdades pessoais que se julgavam garantidos; e, finalmente, a época contemporânea, na qual o mundo atravessa um momento de deriva de autoritarismo e populismo;

d) Segundo Átila Roque e Iara Pietricovsky, a sociedade civil tem de se interrogar e perguntar se está a cumprir o seu papel de “vigilante” desses direitos (encontra-se a sociedade civil a incorporar devidamente as novas vozes na esfera pública global?);

e) A Agenda 2030 não é efetiva (é de adesão voluntária), o que só por si pode pôr em causa a viabilidade de os ODS serem alcançados, considerando a resistência de alguns governos à mudança;

f) A mudança dos modelos de funcionamento da sociedade e a ampliação e efetivação dos direitos

sociais não se faz apenas mediante a participação da sociedade civil no espaço cívico digital – implica a mobilização e organização das pessoas, de forma que a sociedade civil também esteja representada na disputa do poder (Iara Pietricovsky);

g) Não são os atuais atores que fazem parte do modelo de organização da sociedade que vão promover a mudança – é necessário encontrar “novos portadores da mudança” (populações periféricas, juventude e populações indígenas, no caso do Brasil), organizados em torno de três palavras-chave (diálogo, aprendizagem e luta);

h) Todos os oradores concordaram, porém, que a sociedade civil não deve desempenhar o papel dos partidos políticos – no entanto, estes têm de ser reformados, e as organizações da sociedade civil devem agir de forma vigilante, de modo a mantê-los responsáveis face às suas agendas e promessas.

Conclusões gerais

As conclusões gerais que resultam do III Curso de Verão de Desenvolvimento Internacional podem ser resumidas da seguinte forma:

a) No mundo complexo em que vivemos, as visões centradas em categorias e atores tradicionais, ou nas relações de poder que emanam da divisão entre “países ricos do Norte” e “países pobres do Sul”, devem ser substituídas por um paradigma que leve em consideração a pluralidade de atores que participam nos processos de desenvolvimento internacional e, em particular, as vozes e as verdadeiras necessidades dos países integram o “Sul Global”.

b) Para que tal suceda, a cooperação internacional deverá assentar

numa lógica de “alianças orientadas por objetivos” e “parcerias entre iguais” (ou “parcerias genuínas”, utilizando a expressão que deu o mote ao Curso de Verão), competindo às organizações da sociedade civil assegurar que as relações frequentemente desequilibradas entre os países doadores e recetores não sejam desvirtuadas, nem minem o objetivo de dar cumprimento à Agenda 2030 e aos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável.

c) Para esse efeito, compete muito especialmente às organizações da sociedade civil responsabilizar os países do “Norte Global” quanto ao modo como implementam as suas políticas de Cooperação para o Desenvolvimento, designadamente através do recurso às ferramentas e aos instrumentos destinados a garantir a eficiência e eficácia da Ajuda Pública ao Desenvolvimento, estabelecidos na Declaração de Paris sobre a Eficácia da Ajuda (2005) e atualizados com a Agenda para a Ação de Acra (2008) e a Parceria de Busan para uma Cooperação para o Desenvolvimento Eficaz (2012).

d) Para que se considerem “genuínas”, as parcerias entre os vários atores de desenvolvimento devem orientar-se por princípios, como a existência de um objetivo comum, o trabalho conjunto, o respeito mútuo, a valorização das contribuições de cada parte, a interdependência, a existência de benefícios mútuos, a partilha de valores, a existência de uma relação de equidade, a participação das partes envolvidas nos processos de desenvolvimento e a apropriação dos resultados pelos países parceiros (“ownership”).

e) Deverá igualmente ser valorizado o papel da participação da sociedade civil nos processos de decisão política de interesse global (veja-se, por exemplo, o papel dos Fórum das Mulheres e Jovens no contexto da Assembleia Parlamentar ACP-UE), mas também como instrumento de vigilância e combate a fenómenos transversais como a corrupção e o autoritarismo.

f) Para os oradores que representaram o “Sul Global” durante o Curso de Verão, a luta pela democra-

cia deve ser entendida como a luta do dia a dia das sociedades civis pela participação nos sistemas políticos, muitas vezes capturados pelos interesses pessoais das elites locais. Segundo eles, independentemente dos modelos políticos que venham a ser adotados (mais ou menos liberais), as necessidades básicas das populações têm de ser garantidas (ideia sintetizada na frase coloquial “We cannot eat Democracy”, frequentemente utilizada na África do Sul).

g) A luta pela democracia pressupõe ainda que as organizações da sociedade civil adotem uma posição de vigilância relativamente aos vícios mais comuns associados à maior parte dos modelos políticos e económicos dos países do “Sul Global” (o nepotismo e o clientelismo, além da corrupção e do autoritarismo).

h) Presentemente, afigura-se particularmente importante garantir a participação da sociedade civil na esfera pública, designadamente através do acesso livre às redes sociais, o qual não pode nem deve ser limitado.

i) Em geral, os oradores concordaram que os direitos, liberdades e garantias dos cidadãos devem ter precedência sobre os modelos de crescimento e desenvolvimento seguidos pelos regimes autocráticos, por mais bem-sucedidos que possam parecer aos olhos da comunidade internacional (como é o atual caso do Ruanda).

j) O debate sobre o paradigma dos modelos políticos e económicos mais adequados à defesa do princípio de “não deixar ninguém para trás” e das abordagens baseadas no respeito pelos direitos humanos prende-se essencialmente com o papel e peso dos Estados e do setor público relativamente às organizações da sociedade civil e ao setor privado.

k) Na intersecção entre os modelos políticos e económicos e as novas abordagens à ajuda externa, os oradores concordaram que é necessário garantir a existência de um setor público forte e bem organizado; que a intervenção do setor privado na prestação de bens e serviços de interesse público se

justifica sempre que o mesmo se encontre melhor preparado do que o setor público para levar a cabo essa missão; e que deve ficar assegurado o papel da sociedade civil como ator “vigilante” da atuação dos setores público (na definição das políticas públicas) e privado (na eventual participação na execução dessas políticas, p.ex. através de parcerias público-privadas).

l) Nos últimos 20 anos, as decisões de financiamento do desenvolvimento têm vindo a ser orientadas em torno de duas opções estratégicas fundamentais: a opção entre o financiamento numa lógica de “return on investment” (ou seja, numa ótica de retorno estritamente financeiro, em benefício do investidor) versus “return on development” (no qual se pretende garantir que o investimento conduziu a alguma espécie de transformação estrutural, que os cidadãos beneficiaram do investimento através da criação de emprego ou da melhoria de acesso aos serviços, ou que o governo beneficiou do investimento através da coleta de impostos).

m) No entanto, e em geral, os cidadãos dos países do “Sul Global” não têm tido a possibilidade de participar nessas decisões estratégicas, acabando os governos por adotar medidas que privilegiam os projetos numa lógica de “return on investment”.

n) Para inverter essa tendência, é necessário fazer uso de ferramentas como as “Integrated National Financing Frameworks”, destinadas a estabelecer um enquadramento para o financiamento de programas alinhados com as prioridades nacionais de desenvolvimento sustentável.

o) Estas ferramentas permitem orientar um feixe de investimentos financeiros e não financeiros, internacionais e domésticos, nos setores público e privado, de forma transparente, de modo a serem priorizadas as ações destinadas a assegurar um impacto de natureza social e ambiental nos países do “Sul Global” (“Impact Investment”), de acordo com uma metodologia rigorosa, orientada para o princípio da apropriação dos resultados pelos países parceiros.

p) Os cidadãos também devem ser chamados a participar nas grandes decisões estratégicas sobre comércio internacional. Para o efeito, a sociedade civil (organizações de comércio justo, de pequenos produtores, etc) tem de se sentar à mesa das negociações, antes, durante e depois da celebração dos acordos de comércio bi e multilaterais, até para poderem monitorizar a sua execução.

q) Em geral, as organizações da sociedade civil (nelas se incluindo, as organizações da economia social, as organizações não-governamentais, as fundações, os media e as instituições académicas, entre outros) não têm vindo a ter o protagonismo e a capacidade de intervenção no espaço cívico que seria esperado e desejado, em particular no “Sul Global”.

r) A este respeito, o último “Relatório sobre o Estado da Sociedade Civil”, elaborado pela CIVICUS, no qual se procedeu a uma análise profunda do papel exercido pela Sociedade Civil no espaço público ao longo dos últimos

dez anos (2010-2020), aponta para grandes tendências, como a resiliência sustentada do espaço cívico, a fragilidade das democracias e a exclusão estrutural que limita os direitos e oportunidades de muitas pessoas.

s) No entanto, esse mesmo relatório faz também referência à generalização dos protestos de massa (muitas vezes realizados de forma espontânea e atomizada) em torno de temas como as alterações climáticas e os direitos das minorias, num processo disruptivo de mudança no modo como a sociedade civil se organiza e intervém.

t) Segundo os oradores representantes do “Sul Global”, a alteração dos modelos de funcionamento das sociedades e a ampliação e efetivação dos direitos sociais não se deve fazer apenas mediante a participação da sociedade civil no espaço cívico digital, implicando também a mobilização e organização efetiva dos cidadãos, em torno de agendas comuns.

u) Ao longo das seis sessões temáticas, ficou uma vez mais evi-

denciado o papel fundamental que as organizações da sociedade civil deverão assumir na definição, execução e monitorização das políticas, programas e projetos de cooperação internacional, sem prejuízo do papel exclusivo desempenhado pelos Estados soberanos na definição e execução das grandes políticas de desenvolvimento.

GULBENKIAN.PT

IN PARTNERSHIP WITH

ONGD
PLATAFORMA PORTUGUESA

cea CENTRO DE ESTUDOS SOBRE
ÁFRICA E DESENVOLVIMENTO
REG - Universidade de Lisboa